



**DIÁLOGO ENTRE INTERSECCIONALIDADE, PLURIVERSALIDADE E
GEOGRAFIA ANTICOLONIAL: POSSIBILIDADES EPISTEMOLÓGICAS À
CIÊNCIA GEOGRAFIA**

DIALOGUE BETWEEN INTERSECTIONALITY, PLURIVERSALITY AND ANTI-COLONIAL
GEOGRAPHY: EPISTEMOLOGICAL POSSIBILITIES FOR THE SCIENCE OF GEOGRAPHY

Natália Micheli Villa¹

Vinícius Augusto Marques dos Santos²

Sergio Aparecido Nabarro³

RESUMO

A ciência geográfica e seus cânones tiveram protagonismo no processo neocolonial dos séculos XIX e XX. Movimento que forjou, experimentou e ainda reproduz no espaço-tempo múltiplos e mútuos sistemas de opressão, dominação e exploração das relações sociais, do colonialismo à hegemonia do capital. No enfrentamento desse contexto – e de sua imposição de uma história universal, hegemônica, eurocentrada e colonizadora, da ciência à sociabilidade do capital – propostas teórico-metodológicas têm tensionado o debate epistemológico da Geografia. Para Interseccionalidade, as relações sociais são estruturadas de forma indissociável, e mutuamente, a partir de identidades como raça, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, capacidade, idade, etnia, religião etc. Compartilham desta perspectiva a Pluriversalidade e a Geografia Anticolonial que, para além de suas especificidades, demonstram confluências teóricas e metodológicas com a abordagem interseccional. Por isso, este artigo, teórico e qualitativo, fundamentado em revisão da bibliografia específica dos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista CAPES (Processo- 88887.830999/2023-00). E-mail: natalia.micheli@uel.br.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista CAPES (Processo-88887.956097/2024-00). E-mail: vi.augusto2022@uel.br.

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGeo/UEL). Pós-doutorado e professor visitante no Institut de Géographie da Université Paris 1 (Sorbonne - França). E-mail: sergionabarro@uel.br.

referenciados aportes teórico-metodológicos, tem por examinar os encontros e/ou limites no diálogo teórico-metodológico com a Pluriversalidade e a Geografia Anticolonial. Verificou-se uma frutífera aproximação teórica a partir das categorias de análise das opressões cotidianas que lhes são centrais (raça, gênero e classe), seus objetivos de desnaturalizar a historiografia hegemônica e construir interpretações mais totalizantes das formas de dominação-exploração do colonialismo à lógica do capital, condição à tomada de consciência para superação das históricas estruturas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Interseccionalidade; Pluriversalidade; Anticolonialismo; Epistemologia.

ABSTRACT

Geographic science and its canons played a leading role in the neocolonial process of the 19th and 20th centuries. A movement that forged, experimented with, and continues to reproduce in space-time multiple and mutual systems of oppression, domination, and exploitation of social relations, from colonialism to the hegemony of capital. In confronting this context—and its imposition of a universal, hegemonic, Eurocentric, and colonizing history, from science to the sociability of capital—theoretical-methodological proposals have intensified the epistemological debate in Geography. From the perspective of Intersectionality, social relations are structured in an inseparable and mutually constitutive manner based on identities such as race, gender, class, sexuality, nationality, ability, age, ethnicity, religion, etc. Pluriversality and Anticolonial Geography share this perspective and, beyond their specificities, demonstrate theoretical and methodological convergences with the intersectional approach. Therefore, this theoretical and qualitative article, grounded in a review of the specific literature of the referenced theoretical-methodological frameworks, aims to examine the encounters and/or limits in the theoretical-methodological dialogue with Pluriversality and Anticolonial Geography. A fruitful theoretical approximation was identified based on the categories of analysis of everyday oppressions that are central to them (race, gender, and class), their objectives of denaturalizing hegemonic historiography, and constructing more comprehensive interpretations of the forms of domination-exploitation from colonialism to the logic of capital, a condition for raising awareness to overcome historical structures of power.

KEYWORDS: Geography; Intersectionality; Pluriversality; Anticolonialism; Epistemology.

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado dos debates realizados na disciplina *Interseccionalidade e pesquisa em Geografia: debates sobre raça/gênero/classe/sexualidade e desigualdades no espaço geográfico*, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina-PR (PPGeo/UEL), ministrada pela Prof.^a Dr.^a Margarida de Cássia Campos, no segundo semestre de 2024.

A proposta foi discutir de forma interseccionada as categorias raça, gênero, classe e sexualidade, problematizar os feminismos negros e indígenas e sua produção de conhecimento e, a partir de bibliografia específica, refletir sobre a (re)produção das desigualdades no espaço geográfico. Por isso, entendeu-se que o complexo aparato teórico-metodológico da interseccionalidade se estabeleceu como ferramenta analítica e heurística (Collins e Bilge, 2020). Analítica para compreensão dos sistemas de poder que operam os processos de opressão, dominação e exploração a partir das categorias classe, raça/etnia e gênero/sexualidade que são estruturais. Tal entendimento subsidia a ferramenta de forma heurística à transformação das desigualdades próprias dessa sociabilidade inscritas no espaço geográfico e estruturante de outras múltiplas e mútuas formas de opressão na sociabilidade capitalista.

Propõe-se, portanto, um trabalho teórico e qualitativo, construído a partir de revisão bibliográfica específica, cujo objetivo foi examinar os encontros e/ou limites do diálogo teórico-metodológico com outros dois aportes conceituais centrais nos estudos da autora e dos autores: a Pluriversalidade e a Geografia Anticolonial. Da pluriversalidade e sua crítica filosófica ao universalismo, ao anticolonialismo como práxis cotidiana e necessária à transformação da realidade opressora. Por isso, entende-se como fecunda tal aproximação teórica, dado que ambos os ferramentais, tal como a interseccionalidade, apontam para outras possibilidades epistemológicas à ciência geográfica.

Pluriversalidade é um conceito pensado para reconhecer e visibilizar a diversidade de conhecimentos, culturas e vivências. Com isso, busca-se novas epistemologias que consideram análises mais inclusivas porque a perspectiva Pluriversal engloba o universalismo, mas contrapõe-se a ideia de uma única verdade universal, defendendo assim uma coexistência de múltiplas realidades. Logo, o real contém vários universos culturais e epistemológicos que desconstroem a narrativa

euro-ocidental hegemônica de um único universalismo, pautado no dualismo centro-periferia.

Como sustentam Noguera (2012) e Ramose (2011), os sistemas são conjunturais e policêntricos. Nesse sentido, a Pluriversalidade e Interseccionalidade constituem análises profundas das intersecções entre diferentes formas de opressão, exploração e dominação ao pensar criticamente as imbricações com objetivo de evidenciar e combater as relações de poder e subalternidade.

Do ponto de vista teórico, a Geografia Anticolonial é uma crítica à historiografia ocidental, hegemônica na ciência geográfica, e que escondeu e/ou minimizou o protagonismo desta ciência nos processos de colonização dos territórios de África, Ásia e Américas nos séculos XIX e XX, bem como suas consequências históricas, cristalizadas na sociabilidade do capital. Como práxis, do ensino a ação política cotidiana, busca-se desnaturalizar e destruir opressões forjadas e experimentadas no colonialismo como condição fundante à construção de novas formas e composições de luta para necessária superação da tríade superestrutural capitalismo-imperialismo-colonialismo (Santos, 2024).

Barbosa (2023, p. 93) propõe uma abordagem metodológica à Geografia Anticolonial que se estrutura em quatro dimensões: a história imediata, uma história do futuro, superestrutura escravocrata e espaço opressor, “todas as questões vinculadas sempre a um projeto de ruptura permanente e irrevogável do capitalismo”.

Por conseguinte, este artigo está subdividido em duas partes, centrais e complementares. Na primeira, buscou-se evidenciar os elementos constitutivos da perspectiva Pluriversal e estabelecer um diálogo com as premissas orientadoras da abordagem interseccional. Na sequência, apropriou-se dos fundamentos da Geografia Anticolonial para estabelecer o debate destacadamente pela questão do método materialista histórico e dialético.

Os debates e diálogos estabelecidos demonstraram um rico e profícuo encontro de diferentes abordagens metodológicas, mas com amplas convergências categoriais e teóricas. A partir disso, é possível pensar uma práxis política que intersecciona seus objetivos de suplantação dos racismos, machismos/sexismos, violências de gênero e tantas outras formas de opressão, exploração e dominação do humano pelo humano.

INTERSECCIONALIDADE E PLURIVERSALIDADE PARA UMA GEOGRAFIA ANTIRRACISTA

Na tentativa de identificar novas epistemologias para a ciência geográfica, será exposta de forma introdutória as possíveis aproximações entre as categorias Interseccionalidade e Pluriversalidade, que juntas podem produzir análises antirracistas e anticolonialista a partir da e para a Geografia.

As duas categorias, embora distintas, podem ser complementares nas complexidades de suas análises sobre as desigualdades. Ambas buscam desconstruir visões monolíticas e eurocêntricas, oferecendo ferramentas mais abrangentes para as reflexões das realidades socioculturais.

O conceito de Pluriversalidade é relativamente recente. Em seu estado de construção, geralmente é aplicado em estudos de filosofia, educação e estudos sociais. Busca-se valorizar a diversidade de conhecimentos, culturas e modos de vida de populações negras, quilombolas, indígenas entre outras. Sendo uma categoria oposta ao universalismo, defende a existência de múltiplas realidades coexistentes e interdependentes.

A perspectiva teórico-metodológica pluriversal foi elaborada pelo filósofo sul-africano Mogobe Bernard Ramose no processo de afirmação das existências de filosofias africanas. Em sua teoria, Ramose (2011) critica a forma autoritária como os euro-ocidentais rejeitam a existência de filosofias outras. Assim, a Pluriversalidade é uma crítica ao universalismo branco e eurocentrado. Neste sentido, o universal aqui é compreendido como a dominação europeia do conhecimento, imposto como único e válido. A cerca disso, as práticas coloniais são universalizantes e foram violentamente impostas às populações colonizadas de África, Américas e Ásia por meio de aparatos ideológicos conformadores de subjetividade e epistemologias que destruíram as culturas dos povos originários e negros, criminalizados pelos colonizadores.

Para Ramose (2011), o universo não possui um centro e suas periferias. Ele compreende de forma descentralizada, como “um conjunto de sistemas policêntricos em que centro e periferias são contextuais, relativos e politicamente construídos” (Noguera, 2014, p. 34).

Diferentemente do entendimento de Ramose (2011) e Noguera (2014), a hegemonia dos países euro-ocidentais condicionou todo um sistema mundial desigual via relações de dominação-exploração para com outras regiões do globo. Por isso, o

conjunto de ideias pensadas pelos dois autores propõe o enfrentamento para a superação da hegemonia dos sistemas de poder euro-ocidental.

A proposição do pluriverso de Ramose (2011) é inclusiva e aberta, agregando também a universalidade, porém afastando-se do produto de dominação ideológico-subjetiva para se apropriar da concepção de existência de múltiplos universos culturais e modos de vida.

A Pluriversalidade reconhece as cosmovisões dos diferentes grupos, carregando consigo as múltiplas perspectivas epistemológicas de saberes dos povos historicamente subalternizados. Neste sentido, os conhecimentos quilombolas, indígenas e das comunidades de terreiros ancestralizados, assim como os valores culturais dessas e de outras comunidades são considerados, deixando o lugar de inexistência no saber científico hegemônico para ser devidamente valorizados no fazer geográfico.

A categoria analítica e heurística da interseccionalidade foi introduzida como teoria acadêmica⁴ pela norte-americana Kimberlé Crenshaw, em 1989, quando ela estudou as interrelações entre gênero, raça, idade, orientação sexual, classe social, localização geográfica. A autora buscava entender como estas interrelações determinavam e condicionavam as pessoas às diferentes formas de desigualdades (Crenshaw, 2002).

Construir ciência e políticas públicas de forma interseccional permite o acesso às pessoas sem distinções e discriminações, visando melhores condições de vida e minimizando as injustiças sociais. Por isso, Collins e Bilge (2020, p. 16) afirmam que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que considera “as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”. Desse modo, o uso dessa ferramenta analisa como as diversas formas de opressão se entrecruzam, intensificando as experiências e vivências, individuais ou coletivas.

A interseccionalidade reconhece que as identidades são multifacetadas e as desigualdades são produtos de sistemas de poder interconectados.

De acordo com Collins e Bilge (2020, p. 48), as “principais ideias das estruturas interseccionais” possuem alguns “temas” centrais, sendo eles:

⁴ Collins (2022), critica menções em artigos científicos sobre a “cunhagem” do termo interseccionalidade pela Crenshaw. A autora entende que “reforça narrativas ocidentais de longa data sobre o colonialismo e o capitalismo” onde a Crenshaw é reconhecida como exploradora, numa relação colonial de “descoberta e exploração” (Collins; 2022, p. 211). Para ela, o termo foi construído como um legado dos movimentos sociais de meados do século XX. Mas que encontrou o poder epistêmico ao entrar nos ambientes acadêmicos que está entrelaçado ao poder político.

- a *Desigualdade Social* é raramente causada por um único fator, mas pela interação de múltiplas categorias de poder, como raça, classe, gênero e nacionalidade;
- as *Relações de Poder Interseccionais* operam em diferentes domínios (estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal) e são analisadas por interseções específicas, como racismo e sexismo, entre outros;
- o *Contexto Social*, a partir do qual as análises interseccionais devem ser contextualizadas, considerando as especificidades históricas, culturais e sociais de cada grupo;
- a *Relacionalidade* é um conceito central na interseccionalidade porque enfatiza as interconexões entre diferentes categorias de análise, como raça, classe e gênero, permitindo aprofundar a compreensão de como essas categorias se influenciam mutuamente;
- a *Complexidade*, que para a interseccionalidade é multifacetada e exige estratégias complexas para analisar a realidade social;
- a *Justiça Social*, intrinsecamente relacionada ao compromisso com a justiça social, que pode ser usada para desafiar desigualdades e promover mudanças sociais, tendo em vista que a justiça social pode ser ilusória em sociedades desiguais, onde as regras são aplicadas diferenciadamente, de forma discriminatórias.

Para as autoras, esses “principais temas” (Collins e Bilge, 2020, p. 45) foram pensados no sentido de expandir e democratizar a teoria da interseccionalidade, que não pode se limitar a um grupo específico, mas convidar todas/os a aplicá-los para análise e compreensão das questões sociais.

Segundo Vigoya (2016, p. 8), a interseccionalidade desafia o modelo hegemônico universal “A Mulher”, ou seja, as vivências das mulheres racializadas, produzida pela intersecção de raça, gênero e classe pela dominação histórica. Com isso, entende-se que uma mulher negra e homoafetiva, por exemplo, irá vivenciar diferentes formas de opressão simultaneamente, sendo sua experiência única e complexa, atravessada pelo racismo, pela homofobia e pela misoginia, de tal sorte que sua realidade nunca será vivenciada por mulheres brancas heteroafetivas.

Diante disso, a teorização da interseccionalidade no meio acadêmico propõe a descolonização do conhecimento porque, a partir da colonialidade do conhecimento, corpos negros, trans e indígenas foram historicamente excluídos, ou nunca pensados/valorizados. São corpos que desafiam e ao mesmo tempo lutam pela transformação das estruturas universitárias e curriculares dos cursos (Collins, 2022).

Para Collins e Bilge (2020), a interseccionalidade não é apenas uma teoria acadêmica, mas sim uma poderosa ferramenta de transformação social. Sua origem está vinculada à busca por justiça social e ao enfrentamento das múltiplas opressões a partir do feminismo negro e de outros movimentos sociais.

Seguindo na construção histórica da interseccionalidade, é notório ponderar que a filósofa, feminista e negra Sueli Carneiro, adotou a categoria em sua teorização e práxis, mesmo antes de Crenshaw a ter criado. Em uma entrevista, Carneiro argumenta para Santana (2017, p. 8):

Eu nunca usei esse conceito porque eu sou muito anterior à emergência dele, embora os sentidos que ele carrega estejam presentes nos meus textos e de outras mulheres negras da minha geração. Quando Crenshaw chegou com esse debate da interseccionalidade, eu já estava com essa concepção consolidada de feminismo negro.

Carneiro (2011) critica o aspecto analítico da esquerda ao privilegiar a luta de classe na tentativa de entender as contradições sociais, visto que raça e cultura conformam as estruturas de classe no Brasil. Assim, a racialidade, na visão da autora, mantém-se “no interior da luta de classe se iniciam inspirando perspectivas militantes que buscam articular raça e classe como elementos estruturantes das desigualdades sociais no país” (Carneiro, 2011, p.18). Para a autora, não reconhecer a intersecção da racialidade nas questões como direitos humanos e justiça social prejudica a luta para eliminar as desigualdades raciais, excluindo de maneira física e espacial as pessoas negras das políticas públicas.

A filósofa, negra e antropóloga brasileira Lelia Gonzalez, cujos estudos sobre gênero e raça no Brasil influenciaram Sueli Carneiro em sua fundamentação teóricas e analíticas das intersecções entre raça, gênero e sexo:

Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (González, 2020, p. 270)

No livro “O Lugar de Negro” de Gonzalez e Hasenbalg, em 1982, González (2022) faz a reflexão sobre as desigualdades e as formas de resistência, com a importância das mulheres negras para a construção de demandas e ações, para o movimento negro. A autora menciona a diversidade que compõe o Movimento Negro, bem como a necessidade de tratar qualquer tema pensando na complexidade de variantes, como culturais, econômicas e regionais. Os negros e as negras brasileiros/as não são únicos/as, isso se deve à forma como historicamente foram forçadamente

inseridos neste território, assim como em todos os processos nos quais foram submetidos ao chegarem aqui, em que a própria condição escravocrata diversificou espacialmente o povo negro González (2022).

Ademais, é importante destacar também as críticas que Akotirene (2019) apresenta ao uso indevido do termo interseccionalidade. Trata-se de quando as experiências das mulheres negras são universalizadas ao ponto de negação da autoria de suas produções, provocando o epistemicídio do conhecimento deste grupo, colocando-as na condição de um “sistema de opressão interligado”, que está no cruzamento entre os fluxos da intersecção, por ser mulher e negra (Akotirene, 2019, p. 15).

A autora destaca também que a ausência do letramento interseccional nas abordagens feministas e antirracistas tende a reforçar as múltiplas opressões sobre as mulheres negras, suprimindo seus direitos. Esse fato leva as mulheres negras a enfrentarem experiências desiguais, como a inserção em empregos que reforçam estereótipos racistas ou a implementação de políticas públicas que não consideram a realidade concreta dessas mulheres.

Collins e Bilge (2020) apontam alguns desafios enfrentados pela interseccionalidade em relação à sua aplicabilidade para a composição das políticas públicas. Segundo elas, “para entender e analisar a complexidade do mundo, a interseccionalidade requer estratégias complexas” (2020, p. 50). Como por exemplo, atribuir análises multifacetadas, compreender as interconexões entre diferentes eixos de opressão e privilégio, considerar o contexto (histórico, político e social), evidenciar experiências de resistência para desconstruir visões hegemônicas e a práxis interseccional, isto é, união entre teoria e prática para a luta da transformação social.

Desse modo, refletindo a pesquisa acadêmica, as autoras corroboram que a interseccionalidade pode ser desafiadora ao tentar analisar múltiplas dimensões de identidades e opressões simultaneamente. Apesar disso, continua sendo uma ferramenta, que permite compreender com profundidade as desigualdades em sua constante evolução, devendo ser adaptada e reinventada para desafiar as estruturas de poder e promover a justiça social crítica também do poder epistêmico (Collins e Bilge, 2020).

Nogueira (2012) afirma a necessidade de abordagens pluriversais utilizando aspectos políticos, econômicos, geográficos, étnicos, gênero, orientação da sexualidade, entre outros, com o intuito de romper com as subalternizações presentes

nestas camadas, construindo métodos e abordando epistemologias que possam produzir redes coletivas de poderes sem estabelecer uma disputa pelo controle do poder.

Os aspectos elencados por Noguera (2012) evidenciam intersecções presentes nos estudos das mulheres negras feministas. Assim, ao analisar as possibilidades que as categorias permitem identificar para as pesquisas geográficas, entende-se que ambas potencializam a desmistificação das complexidades das diversidades, das dinâmicas sociais, distanciando-se das dicotomias fragmentárias. Com isso, permite compreender as formas de opressões multifacetadas considerando as múltiplas identidades e experiências dos indivíduos e grupos (Silva; Silva, 2011). Além disso, a percepção das desigualdades pela/o geógrafa/o amplia a visão de mundo ao valorizar outras culturas e experiências.

Nesse sentido, para a filósofa Njeri (2020), a Pluriversalidade reconhece todas as concepções como válidas, sem impor pontos de vista, mas se interessa pela “pluralidade de formas de Ser e Estar no mundo, abandonando o único olhar excludente e homogeneizador universal da perspectiva eurocêntrica” (Njeri, 2020, p. 262).

O diálogo estabelecido coloca ao debate geográfico a necessidade de promover pesquisa mediante o sentir, ser, estar e pensar o mundo (Moreira, 2011). Para tal entendimento, a população negra deve fazer parte das análises espaciais afirmativas por meio de “histórias, culturas e conhecimentos dos grupos sociorraciais colonizados” (Guimarães, 2020, p. 292).

A geógrafa britânica Doreen Massey, na obra *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*, analisa o espaço por meio da interação entre a política e as questões de identidade de grupos sociais e lugares. Dessa forma, seu estudo reconhece a existência de diversos sujeitos não hegemônicos, via intersecções, visibilizando-os no espaço geográfico (Massey, 2008).

Em diálogo com Massey (2008), Vasconcelos (2024) aponta as influências da interpretação da/do pesquisadora/o sobre a/o sujeita/o para compreensão do espaço.

Para a apreensão das experiências dos sujeitos no e com os espaços, se faz necessário outra imagética sobre a forma como compreendemos o espaço no tocante à ciência geográfica. A forma como pensamos os espaços influencia diretamente na forma como vamos “analisar” os espaços e até mesmo nas nossas ações e proposições políticas transformadoras. (Vasconcelos, 2024, p. 9)

Para Vasconcelos (2024), a Geografia foi construída na dualidade da modernidade. Desse modo, ser e fazer Geografia constitui-se em sujeito-objeto, a partir do qual o sujeito é neutro, e o objeto não possui corpo, sexo, gênero e cor. A não inserção dessas características exclui o corpo não hegemônico da análise espacial. Por isso, a formação histórico-geográfica hegemônica prejudicou a diversidade nos estudos desta ciência, pois concentrou-se nas bases epistemológicas em sujeitos universais, entendido como o homem branco, hétero e cristão. Com isso, a Geografia Tradicional não trouxe as perspectivas de outras corporeidades, como das mulheres negras, lésbicas, trans etc., pelo contrário, serviu de base ao neocolonialismo do século XIX e XX (Santos, 2024).

Outro aspecto importante ao debate é a concepção do corpo no pensamento universal e seu distanciamento nas culturas não ocidentais. A socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí estuda a categoria gênero a partir da sociedade iorubá e entende que o homem branco ocidental não é corporificado, sendo assim, ele é um ser pensante e dominador de outros corpos. A partir dessa construção, moldam-se os corpos à sua imagem, o que escapa dessa imagem são apenas corpos, ou seja, o corpo não tem presença, não tem pensamento e razão. Por isso, a autora expõe a necessidade da investigação por outros sentidos, como a oralidade para contrapor o pensamento universalista, onde as análises da África reflitam sobre os locais e seus contextos, distanciando-se de conceitos ocidentais elaborados para o continente de fora para dentro (Oyěwùmí, 2021).

Portanto, a pertinência da Interseccionalidade e Pluriversalidade para as análises geográficas ocorre a partir das possibilidades analíticas de ampliação do campo da ciência, para melhor interpretação dos fenômenos e das complexidades relacionais dos problemas sociais. Assim, pensar a ciência geográfica por essas categorias pode contribuir para a compreensão das formas e conteúdos relacionados à produção do espaço, para além das abordagens convencionais, sendo significativo para a luta antirracista na construção das múltiplas espacialidades. Para tanto é necessário atravessar os obstáculos que cristalizam métodos e epistemologias eurocêntricas, sem cair em determinismos geográficos, para construção de um espaço acadêmico de resistência a partir das diversidades no e para além do currículo. A essa compreensão da realidade soma-se a perspectiva da Geografia Anticolonial, na busca pela desconstrução da hegemonia eurocentrista e colonial que forjou a ciência geográfica.

INTERSECCIONALIDADE E A GEOGRAFIA ANTICOLONIAL: TENSIONANDO O DEBATE EPISTEMOLÓGICO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

As categorias Interseccional e Anticolonial são constructos teórico-metodológicos e, tal como a Pluriversalidade, têm tensionado o debate pela renovação epistemológica na ciência geográfica, assim como em outras áreas das ciências humanas (Noguera, 2012; Akotirene, 2019; Njeri, 2020; Santos, 2024). Apesar de recentes as propostas de sistematização, tais aportes teóricos foram historicamente instrumentalizados de forma analítica, no sentido de identificar a complexidade das desigualdades e seus sistemas de opressão que entrelaçam e se reforçam mutuamente, e/ou na forma heurística, como ação política para transformação da realidade, reafirmando a importante contribuição de Collins e Bilge (2020).

Mesmo antes das primeiras teorizações com o termo interseccional, evidenciamos aqui autoras como Saffioti (1969; 1987; 1997), Kergoat (2010), e as já citadas Gonzáles (1984) e Carneiro (1995), já realizavam seus trabalhos na perspectiva da inseparabilidade de classe, raça e gênero na análise da realidade concreta e seus sistemas de dominação e exploração a partir do materialismo histórico e dialético. Elas foram responsáveis por tensionar o método e a práxis assentada em visões monolíticas ou dualistas do real, em especial os marxismos tradicionais economicistas.

Na esteira da interseccionalidade, a perspectiva da Geografia Anticolonial é de revisitar a historiografia hegemônica, eurocentrada e colonial, a fim de desmistificar e tomar consciência da construção das múltiplas formas de opressão e dominação forjados, experimentados e estruturados no colonialismo, mas dinamizados sobremaneira pelo capitalismo. Parte-se do princípio anticolonial, anti-imperialista e irrevogavelmente anticapitalista (Santos, 2024).

O anticolonialismo gestou-se na compreensão da condição colonial (analítica) – como demonstrou Machel (1973) vai muito além do econômico –, bem como a luta político-revolucionária (heurística) pela suplantação dessa condição vivenciada por autoras e autores revolucionárias/os como Machel (1973; 1979), Fanon (2008; 2022), N'Krumah (1967), Mariátegui (2010), Shakur (2024) e muitas/os outras/os do mundo colonizado.

Partindo dessas/es autoras/es, retoma-se a proposição de Barbosa (2023) das quatro dimensões que estruturam a análise Anticolonial da realidade. A primeira dimensão é a *história imediata*, responsável por uma espacialização histórica que se

expressa nas/os sujeitas/os na própria realidade vivida. A *história do futuro*, como sustenta Machel (1973), é conscientizar-se das opressões espacializadas no cotidiano para a revolução e consagração do novo humano. Entender a histórica constituição da *superestrutura escravocrata* – capitalista-imperialista-colonialista (Santos, 2024) – que aliena e diferencia espacialidades é condição inextricável à tomada de consciência, à transformação da quarta dimensão, o *espaço opressor*. Dimensões que se separam somente para fins analíticos, mas que na realidade concreta se correproduzem, tal como estabelece a perspectiva interseccional.

Evidencia-se, portanto, uma primeira aproximação ou intersecção entre as perspectivas teórico-metodológicas em debate, que ocorre no próprio objetivo de superação das múltiplas e mútuas formas de produção e reprodução das opressões e suas formas históricas de dominação e exploração. Nesse sentido, como todo conceito, categoria ou teoria, a disputa se faz presente e ajuda avançar na sua composição teórica, de luta e para a ação política.

Tensionando o debate, um aspecto que não é possível de afirmar na totalidade das abordagens interseccionalistas, pelo limite das leituras evidentemente, mas que vale destacar como uma dimensão central aos/as anticolonialistas, é a compreensão de que o colonialismo não findou após os atos de independência, tão pouco deixou somente suas reminiscências pela colonialidade, mas é um movimento permanente de renovação, reprodução e reinvenção das formas de dominar, explorar e subjugar o Outro. Porém, agora, na forma da acumulação de capital. Nesse sentido, corrobora Vergès (2020, p. 33) categoricamente:

O capital é colonizador, a colônia lhe é consubstancial, e para entender como ela perdura, é preciso se libertar de uma abordagem que enxerga na colônia apenas a forma que lhe foi dada pela Europa no século XIX e não confundir colonização com colonialismo.

Destacou-se essa premissa central à compreensão anticolonialista não só para evidenciar aspectos metodológicos, mas para destacar que este aspecto intersecciona as/os autoras/es destacados nessa parte do trabalho. Nesse sentido, a escolha pelas feministas negras e socialistas se deu pelo próprio método e a substancial contribuição ao materialismo histórico e dialético à leitura concreta da realidade dos povos colonizados. E não há dúvidas de que a Geografia Anticolonial, que compartilha do método, deve muito ao protagonismo destas autoras e militantes para hoje buscar um entendimento dos fenômenos sociais, culturais, econômicos, etnicorraciais, estético,

ético e moral mais próximos da totalidade e subsumindo a inseparabilidade e mutualidade dos sistemas de poder nos diferentes contextos históricos.

Aponta-se outra importante intersecção que diferencia estas autoras das demais abordadas na disciplina, que é o resgate de conceitos importantes e superestruturais como o imperialismo, entendido este não como uma mera fase do capitalismo mundial, mas como um momento histórico de reorganização colonial. Portanto, da recomposição das formas de dominação e exploração experimentadas desde o colonialismo (Saffioti, 1969; 1987; Kergoat, 2010; Vergès, 2020). O mesmo acontece com o problema capitalismo que, muitas vezes aparece como uma simples constatação/citação obrigatória ou tão somente como um sistema de produção, mas que sua dinâmica cultural-ideológica-subjetiva (Mbembe, 2018; Fanon, 2008; 2020), a partir da lógica da mercadoria, atravessa todas as relações sociais na hegemonia do capital (Kergoat, 2010). Nesse sentido, mais uma vez Vergès (2020, p. 20) é enfática em seu posicionamento: “Eu defendo um feminismo decolonial que tenha por objetivo a destruição do racismo, do capitalismo e do imperialismo”.

É preciso ressaltar que não há ilusão fetichizada de que a superação do capital é, em si e sem mediações de luta, a superação dos históricos sistemas de poder e suas consequências subjetivas impregnadas no tecido social do mundo colonizado. Como ensinou Mbembe (2018), o racismo é uma tecnologia de poder que transcende o capitalismo e está presente desde outros contextos históricos. Fanon (2008; 2022), alertar que o racismo está enraizado na estrutura colonial e cultural. Portanto, é uma construção ideológica que opera necessariamente para além do sistema econômico.

Refletindo a particularidade do Brasil, Gonzáles (1984) em *Racismo e sexismo na cultura Brasileira*, texto fundamentalmente anticolonial pela sua linguagem escrita não formal – confrontando a formalidade científica eurocêntrica e colonizadora – aproxima sua ciência antirracista e antissexista combativa as expressões do povo. Ela discute a lógica da dominação subjetiva no duplo fenômeno do racismo e sexismo a partir do par dialético consciência e memória. A consciência é o desconhecido, a parte do processo de apagamento histórico da alienação. Já a memória, o lugar de reconstituição da história não escrita, é onde floresce a verdade desmistificada.

Gonzáles (1984, p. 224 – grifos da autora) afirma que o “racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, de forma que na “medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso

dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade”.

A afirmação de Gonzáles (1984) é uma das expressões da genialidade da autora, tanto do ponto de vista do debate aqui feito – interseccionalidade e anticolonialismo – como de compreensão da realidade nacional via pluralidade metodológica sem perder rigor analítico. Evidencia, a um só tempo, o papel da ideologia na formação da consciência em um determinado espaço-tempo e sua atuação na alienação da história, da cultura e da própria memória. Também mostra a importância do uso da dialética marxiana no mais alto nível metodológico para a compreensão da totalidade estrutural do racismo na especificidade da formação socioespacial brasileira. Além disso, utiliza conjuntamente o ferramental da psicanálise freudiana e lacaniana sem deixar margem à crítica de uma leitura enviesada, racista, eurocêntrica/colonizadora, parcial e/ou individualizada na/o sujeita/o, como criticam, não sem razão, por exemplo, Collins e Bilge (2020), Bell Hooks (2015), Fanon (2008; 2022) e Césaire (2020).

No mesmo fio analítico, mas sobre o caso brasileiro, Carneiro (1995), em *Gênero, Raça e Ascensão Social*, tece importantes críticas ao sujeito coletivo indiferenciado no “*nós mulheres*”, universalizante como na perspectiva já abordada. Esta crítica também é feita posteriormente pelas interseccionalistas de diferentes espacialidades, como Oyěwùmí (2020), por meio das epistemologias africanas, Lugones (2020), pela ótica do Sistema Moderno-Colonial de Gênero, Oliveira (2018) debatendo como esta condição, somada à cisgeneridade heterossexual, invisibiliza mulheres transexuais e travestis, e Nhandeva (2022), evidenciando o apagamento da indígena mulher.

Ainda neste texto, a autora tece outras indispensáveis críticas ao racismo estrutural e à lógica de mercado aplicado às relações interraciais, à desvalorização estética e subjugamento da mulher negra, à exogamia como estratégia de ascensão social do homem negro matrimoniado com uma branca e, como contraponto, afirma a necessária dignidade coletiva negra, a solidariedade e a autodeterminação como caminhos para a transformação social.

Salienta-se que a listagem das autoras e a espacialidade de suas críticas à imposição dessa mulher universal pelo colonialismo e indiferenciado pelo feminismo hegemônico ou civilizatório (Gonzáles, 2020) não é por acaso. Foi elaborada para expor a complexidade da abordagem interseccional na busca pela apreensão da totalidade dos múltiplos e mútuos sistemas de poder que atravessam e constituem

outras opressões diversas na sociabilidade do capital. Além disso, foi elaborada como análise que sobrepõe sem hierarquizar as contradições próprias das relações sociais que constituem as opressões, dominações e exploração que eram instrumentalizadas muito antes de denominarem intersecção.

As análises citadas até aqui não diminuem em nada a contribuição fundamental que a análise interseccional apresenta desmistificando opressões históricas enraizadas. Mas, como afirma Kergoat (2010), nunca antes se deu tanta evidência à imbricação, seja para o avanço das análises, seja para identificar os limites das mesmas.

Destaca-se também as contribuições da socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, intelectual feminista marxista fundamental à construção do pensamento social brasileiro e pioneira dos estudos sobre a questão da mulher articulando classe e raça.

Em sua tese de livre docência [1967], intitulada *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (Saffioti, 1969), a intelectual buscou compreender as situações as quais estavam submetidas as mulheres negras e brancas, do modo de produção escravista ao capitalismo. Assim, desde a década de 1960, Saffioti (1997, p. 66) articula as “três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social”. Para ela, essa tripla identidade constituinte da/o sujeita/o nem sempre se apresenta na mesma intensidade, mas articula-se autonomamente revelando sua natureza múltipla e contraditória. Dessa imbricação, em *O Poder do Macho*, Saffioti (1987) elabora o conceito do nó patriarcado-racismo-capitalismo. Na metáfora do nó (ou novelo), cada fio representa um sistema de opressão, de tal forma que quando um fio é puxado – figurando maior intensidade de um sistema de opressão determinado pela circunstância histórica – toda a dinâmica do sistema se rearranja.

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1987, p. 60).

A metáfora do nó já articulava a indissociabilidade dos sistemas de opressão na análise dos processos de dominação-exploração. Os três sistemas compõem a totalidade, interconectada e não hierarquizada, ressaltando uma contradição (um fio puxado) dada pela composição das relações sociais em determinado contexto histórico.

Apesar da recusa em hierarquizar as três opressões estruturais componentes do nó, admite que a composição das circunstâncias históricas tende a pôr em relevo uma

das opressões. Entretanto, isso não pressupõe sua separabilidade além dos limites analíticos (Saffioti, 1987). Nesse sentido, critica a inclinação de certas análises diante das novas dinâmicas dar centralidade a opressão destacadas pelas próprias contradições das relações sociais. Para lidar com essa fragilidade, a autora aperfeiçoa sua análise trazendo a ideia de “nó frouxo”, evidenciando assim a motilidade de cada fio/opressão constituinte do nó.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes. Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (Saffioti, 2015, p. 133).

O "nó frouxo" aumenta ainda mais sua relevância analítica das relações de dominação-exploração, bem como aproxima a interseccionalidade porque não apenas expressa a fluidez das contradições que estruturam a sociedade brasileira, como também a possibilidade de outras imbricarem nesse nó. Estas outras não expressam necessariamente uma estrutura histórica de opressão, mas são estruturadas a partir destas, como o etarismo, o capacitismo, a religiosidade, a sexualidade, a xenofobia entre outros que afetam objetiva e subjetivamente sujeitas/os concretas/os.

Destaca-se também a contribuição da socióloga feminista francesa Danièle Kergoat, especificamente a partir de seu texto *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais* (Kergoat, 2010), que sintetiza os conceitos centrais operacionalizados pela autora. De início, ela evidencia que sua interpretação dos fenômenos sociais é de forma materialista, histórica e dinâmica. Nesse sentido, desde os anos 1970 a autora desenvolve os conceitos de consubstancialidade e coextensividade.

Retomando a metáfora do nó, de Saffioti (1987), Danièle Kergoat afirma que:

as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94 – grifos da autora).

A socióloga francesa explica que a aceção de consubstancialidade é a mais comum para fugir de confusões: “unidade de substância”. Com isso, reafirma que operacionalizar uma única unidade de relações sociais só é possível na instância analítica, mas não para análise real da totalidade das práticas sociais concretas. Nesse sentido, apreciar um problema pela consubstancialidade “*de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será — ou não*

será — unificador. Mas ele não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade". É, portanto, analisar o nó de forma "dinâmica e complexa do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se as outras e construindo-se de maneira recíproca" (Kergoat, 2010, p. 99-100 – grifos da autora).

Nesse sentido, seu par indissociável e complementar é o conceito de coextensividade, que "ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente" (Kergoat, 2010, p. 94). Ou seja, as relações sociais são coextensivas porque são entrelaçadas, o movimento e sua dinâmica é produto e produtora de relações objetivas e subjetivas entre sujeitas/os concretas/os determinados pelas circunstâncias do espaço-tempo.

Sendo assim, os conceitos de consubstancialidade e coextensividade de Kergoat (2010) exprimem a perspectiva da indivisibilidade dos múltiplos sistemas de opressão, exploração e dominação. Analisa-los na unidade, por uma reificação de um sistema em detrimento do outro, por vezes corrobora com um identitarismo que segrega a luta que, como já evidenciado pela autora, é coletiva para pensar em transformações concretas nas práticas sociais. Mas a autora tece críticas às perspectivas da interseccionalidade e multiposicionalidade, argumentando que tais metodologias geométricas perdem de vista outros elementos associados, que só podem ser descortinados analisando-os pelas propriedades das diferentes relações sociais⁵. Para ela, esse limite compromete exatamente o princípio da não hierarquização das opressões e acaba sobrevalorizando uma, relegando ao segundo plano outras formas de dominação e exploração. Nas palavras da autora:

É certo que os estudos feministas invocam regularmente a necessidade do cruzamento entre gênero, "raça" e classe. No entanto, o cruzamento privilegiado é entre "raça" e gênero, enquanto a referência à classe social não passa muitas vezes de uma citação obrigatória (Kergoat, 2010, p. 97).

Compartilha-se desta crítica supracitada. É percebível a ausência de um desenvolvimento mais amplo da categoria classe, visto que "não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas" (Kergoat, 2010, p. 98). Isso vale, como mencionado anteriormente e destacado na citação de Vergès (2020), para a categoria capitalismo também – o imperialismo, ferramental violento

⁵ A autora destacou três princípios orientadores da noção de relações sociais: **i.** o imperativo materialista, onde as relações de raça, gênero e classe são relações de produção que amalgama exploração, dominação e opressão; **ii.** o imperativo histórico, que evidencia a dinâmica das relações pela historicização das estruturas que garantem sua reprodução e; **iii.** destacar os princípios historicamente imutáveis na dinâmica das relações sociais. Destaca, por fim, atentar a forma como "os dominados reinterpretam e subvertem as categorias: isso impede sua reificação. Porém, a subversão só pesa sobre as relações sociais se for *coletiva*" (Kergoat, 2010, p. 100 – grifo da autora).

de garantia de sua reprodução, não é uma preocupação – sempre citada como mera constatação, relegando seu caráter infraestrutural e superestrutural colonial que reorganiza e movimenta as múltiplas opressões à acumulação de capital (Fanon, 2022; Barbosa, 2023; Santos, 2024).

Para Kergoat (2010), a interseccionalidade pode incorrer nesse limite de análise por uma confusão comum entre dois níveis distintos: da relação intersubjetiva e das relações sociais. As relações intersubjetivas são aquelas estabelecidas entre sujeitas/os concretas/os. Já as relações sociais pressupõem o antagonismo de grupos sociais e, portanto, uma disputa. Tomando como exemplo as relações sociais de gênero, são visíveis as mudanças históricas da colocação das mulheres (aparência/intersubjetiva), mas que não modificaram a estrutura (essência/relações sociais) que lhe deu forma, ainda mais pensado a partir da condição da mulher negra nesse emaranhado. Nas palavras de Kergoat (2010, p. 3):

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão [...]. Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais [coletivas] – e não as relações intersubjetivas – que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais.

A análise é bastante elucidativa quanto à crítica que a autora faz à tendência de reificar categorias de relações sociais que se coproduzem. O objetivo é “desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades” e aquelas que buscam perpassar por todas as formas de opressão indistintamente, “mas de enxergar o ‘nó’ no seio de uma individualidade ou um grupo” (Kergoat, 2010, p. 100). É combater concepções que apontam as relações de classe como unicamente econômicas e colocam, por exemplo, relações de gênero exclusivamente à instância ideológica. “Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica” (Kergoat, 2010, p. 100).

A áspera crítica da autora à Interseccionalidade foi muito importante para o avanço da compreensão metodológica e suas implicações às análises. Quem argumentou nesse sentido foi Collins (2022 [2019]) na obra *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*, última e mais avançada produção na

perspectiva epistemológica e prática da interseccionalidade, muito desafiadora ao tensionar e propor uma nova interpretação ao campo crítico das teorias sociais.

Collins (2022) valoriza a abordagem de Kergoat ao destacar a inseparabilidade das relações sociais e sua interdependência, bem como mostrar que são fundamentais para superar análises fragmentadas das opressões. Entretanto, argumenta que, apesar de úteis para analisar a interseccionalidade em nível micro (relações interpessoais) e meso (relações institucionais) das estruturas de poder, precisam ser expandidos para incluir uma análise mais ampla das estruturas macrosociais e dos sistemas globais de poder, como visto já em sua produção anterior (Collins, 2020).

Nesse sentido, Collins (2022) propõe uma expansão e reorientação da interseccionalidade como uma Teoria Social Crítica mais abrangente em seu escopo teórico, capaz de explicar não apenas como as opressões se interligam, mas também como elas podem ser transformadas. Para isso, aponta as três principais formas de abordagem da interseccionalidade: **i.** metafórico, a partir do qual possibilitou definir as relações de poder e suas conexões; **ii.** heurístico, enquanto abordagem instrumental e prática a resolução de problemas sociais; e **iii.** paradigmático, fornecendo um esquema interpretativo em movimento e aberto a novas interpretações e contribuições à análise.

Partindo dessas três perspectivas, a proposta teórica de Collins (2022, p. 68-69) buscou diferenciar elementos característicos da abordagem interseccional, o que ela chamou de “construtos centrais” – Racionalidade; Poder; Desigualdade social; Contexto social; Complexidade e Justiça social –, assim como suas quatro “premissas orientadoras” que, conjuntamente, organizam “as dimensões da arquitetura cognitiva da interseccionalidade” fundamentais:

- (1) raça, classe, gênero e sistemas semelhantes de poder são interdependentes e se constroem mutuamente; (2) a intersecção das relações de poder produz desigualdades sociais complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, capacidade e idade; (3) a localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder que influencia suas experiências e perspectivas no mundo social; (4) resolver problemas sociais em dado contexto regional, nacional ou global requer análises interseccionais (Collins, 2022, p. 74).

Outro componente importante da proposta é a reafirmação do seu foco no conceito de agência, que é a capacidade de ação e resistência que indivíduos e grupos oprimidos possuem mesmo em contextos de dominação e desigualdade estrutural. Para a autora, agência não é apenas a capacidade de agir de forma autônoma (parte de

sua crítica a Kergoat⁶), mas envolve a consciência crítica das estruturas de poder e a habilidade de transformar essas condições por meio de práticas coletivas e individuais.

A agência, portanto, não é apenas uma resposta individual, mas também uma prática coletiva que emerge das experiências compartilhadas e da solidariedade entre grupos marginalizados, sendo assim um elemento central na luta por justiça social, pois permite que indivíduos e comunidades contestem e transformem as estruturas opressivas, criando possibilidades para novas formas de existência e resistência. Por isso sua compreensão de uma agência coletiva aos movimentos sociais como força a transformação da realidade.

O debate entre essas duas teóricas fundamentais é um importante exemplo de como o pensamento interseccional continua a evoluir, incorporando diferentes perspectivas e respondendo a novos desafios teóricos e políticos. Nesse sentido, é evidente o avanço da proposição de Collins (2022), tanto em relação a Kergoat (2010), como também a sua própria produção vista na primeira parte deste trabalho. Sua obra é, portanto, uma densa e refinada perspectiva à teoria social contemporânea. Aspectos que, inclusive, têm muitos elementos ao diálogo e à instrumentalização por parte da Geografia Anticolonial.

Buscou-se, nesta parte do artigo, estabelecer um diálogo entre as categorias da interseccionalidade e do anticolonialismo à Geografia, revisitando a história de construção desses aportes teórico-metodológicos e o desenvolvimento, principalmente da interseccionalidade, a partir das feministas negras e marxistas, sendo assim, de uma construção heterogênea até sua proposição mais avançada em Collins (2022).

Ainda que de forma sucinta, foi possível evidenciar que, apesar das diferenças metodológicas e da reiterada crítica⁷ por parte das interseccionalistas ao método marxiano, tanto suas bases categoriais quanto seus usos metodologicamente à compreensão da realidade opressora demonstram muito mais diálogos do que contrapontos ao nosso entender. As críticas e apontamento fazem parte do processo

⁶ Outras duas críticas fundamentais de Collins (2022) a abordagem de Kergoat (2010), a qual compartilha-se do ponto de vista anticolonial, principalmente no que tange uma interpretação de Brasil e América Latina, é a indistinção às opressões contra a população negra, especialmente a mulher negra. Assim como o foco no contexto europeu, necessitando de um olhar mais próximo aos grupos e povos subjugados historicamente.

⁷ De maneira geral, a crítica parece personalizar geograficamente um método teórico-filosófico que sem dúvidas extrapola essa condição, tanto na sua acepção filosófica quanto pelos exemplos de lutas de libertação fundamentados a partir dessas bases, mas com as especificidades de cada formação socioespacial. Assim como a crítica de que o marxismo analisa a realidade tão somente de forma monolítica (classes sociais) que, como visto a partir das autoras apresentadas, não é possível afirmar isso para a totalidade dos marxismos e suas produções, principalmente na contemporaneidade.

construtivo de propostas às ciências humanas, bem como considerar as múltiplas subjetividades que analisam a realidade por esse ou aquele prisma.

Por conseguinte, ambos os instrumentais, assim como a rica perspectiva da pluriversalidade, estão mais relacionados à forma como a/o sujeita/o operacionaliza-os e subverte as categorias básicas constituintes destas/es (Saffioti, 1987; Kergoat, 2010) no nível da análise e da práxis política coletiva à superação dos nós históricos e ideologicamente constituídos, do que com os limites de método e metodológicos em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pluriversalidade e Interseccionalidade foram pensadas na contemporaneidade, mas estão presentes no contexto acadêmico mundial desde o início do século XXI. Porém, no contexto brasileiro, os primeiros registros em pesquisas e artigos científicos são ainda mais recentes. Por isso, é preciso lembrar que, na formação socioespacial brasileira, as barreiras de acesso ao ensino universitário são ainda maiores às mulheres e homens negros, entre outros grupos subalternizados. Situação que ganha relevo a partir das políticas afirmativas de cotas raciais, que deram início ao processo de garantia dessa fração racializada da classe trabalhadora nesse espaço de produção do conhecimento e, conseqüentemente, pesquisas a partir de abordagens epistemológicas que tensionam o pragmatismo acadêmico e agregam as lutas dos movimentos sociais negro, antirracista e anticolonial.

Verifica-se nos últimos anos um aumento da oferta de disciplinas e conteúdos sobre as relações etnicorraciais nos cursos de Geografia, porém a contratação de docentes atuantes na dimensão espacial das relações raciais não acompanhou proporcionalmente, deixando lacunas nesse sentido à oferta e garantia da Lei 11.645/08. Caminhando para quase 20 anos da lei de regula a obrigatoriedade do ensino de relações etnicorraciais e indígenas, compromisso ainda a se cumprir enquanto a academia segue, de maneira geral, reforçando hegemonias teóricas eurocentradas, colonialistas e, muitas vezes, racistas. Por isso, a Geografia Anticolonial surge enquanto proposta teórico-metodológica também recentemente. Mas, como evidenciado, seu uso advém de mulheres e homens intelectuais e revolucionárias/os nas mais diversas lutas de libertação nacional contra o colonialismo. O resgate dessas contribuições e a crítica teórica e prática à hegemonia científico-cultural eurocêntrica busca redimensionar e valorizar (como a pluriversalidade bem ensina e adensa a

interseccionalidade) a história e suas múltiplas possibilidades de existência dos povos do mundo colonizado.

É necessária uma revolução das infraestruturas que determinam todas as formas de opressão, dominação e exploração. Também é preciso superar a superestrutura opressora do capitalismo-imperialismo-colonialismo. E esse horizonte, compartilhado pela interseccionalidade e mediado pela leitura pluriversal das relações sociais, abre um caminho fértil a um fazer geográfico para desatar os nós.

O artigo buscou demonstrar a complementariedade teórica e metodológica entre a Pluriversalidade e a Geografia Anticolonial partindo da Interseccionalidade. A centralidade na compreensão das relações socioespaciais pela indissociabilidade, mutualidade e não hierarquização dos sistemas de opressão, dominação e exploração (forjados e experimentados no colonialismo e consubstancializado na hegemonia do capital) evidencia a intersecção dos fundamentos teórico-metodológicos. Amplia-se assim os horizontes de possibilidade de interpretação da realidade socioespacial brasileira e suas determinações históricas, condição inalienável às geógrafas e aos geógrafos que atuam pela emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaira, 2019.
- BARBOSA, Túlio. **Manual de Anticolonialismo**: a construção do anticolonialismo hoje (vol. I). Uberlândia: Núcleo Teoria Anticolonial, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, ano 3, n.2, 1995, p. 545-552.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, 10(1): Florianópolis, 2002. p. 171-188.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade como Teoria Social Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984. p. 223-244.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (org.) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZÁLEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 2022. p.15-83.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 12 ed. (Especial), 2020, p.292-311.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciências Políticas**. n. 16, p. 193-210, abr. 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.

MACHEL, Samora Moisés. **Educar o Homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria**. Coleção Estudos e Orientações. Maputo: Departamento de Educação e Cultura-DEC. Nov. 1973.

MACHEL, Samora Moisés. **Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder**. Coleção Estudos e Orientações. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico. Jun. 1979.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NHANDEVA, Géssica Nunes Guarani. **Universidade território indígena**. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2023, p. 28-63.

NJERI, Aza. Notas sobre educação pluriversal: África e afro diáspora. In: Borges-Rosário et. al. (Org.). **Encruzilhadas filosóficas**, Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020. p. 260-274.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. n. 18: maio-out, 2012, p.62-73.

NOGUERA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR 28**, v.15, n.28, 2018, p.167-179.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 85-95.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. **Ensaaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. IV, p.06-23. out. 2011. Disponível em: http://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. São Paulo: Editora Quatro Artes. 1969.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n. 2, PUC/SP, 1997, p.59-79.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, Bianca. **Sobrevivente, testemunha e porta-voz**. Cult, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SHAKUR, Assata. **Revolucionária Negra**. 2. ed. Feira de Santana: Editorial Adandé, 2024.

SANTOS, Vinícius Augusto Marques dos. **O neocolonialismo no horizonte da educação pública brasileira: uma contribuição à/da Geografia Anticolonial**. 2024. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs.) **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

VASCONCELOS, Ana Paula do Nascimento. Interseccionalidade: a potência do conceito-ferramenta metodológica para a geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 1-13, 2024. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/964](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/964). Acesso em: 16 jan. 2025.

VÉRGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIGOYA, Maria Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, n. 52. 2016, p. 1-17. Debate Feminista, n. 52. 2016, p.1-17.